

LEI Nº 335/2012

Ementa: Estima receita e fixa despesas do Município de IGUARACY para o exercício financeiro de 2013.

O Prefeito do Município de IGUARACY, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente conforme o disposto na Lei Orgânica Municipal faço saber que a câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - A presente Lei estima a Receita e fixa as Despesas do Município de IGUARACY para o exercício financeiro de 2013, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que engloba todos os Poderes, Órgãos e Fundos da Administração Direta e Indireta do Poder Público Municipal.

Parágrafo Único: Aplicam-se à Execução do Orçamento as disposições constantes da Lei municipal nº 332/2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2013 e do PPA - Plano Plurianual de Investimentos do Município para quadriênio 2010-2013.

Art. 2º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de IGUARACY, Estado de Pernambuco, para o Exercício Financeiro de 2.013, a que se refere o Artigo anterior, composto pelas Receitas e Despesas do Tesouro Municipal e de Outras Fontes, estima a Receita em R\$ 25.200.000,00 (Vinte e cinco milhões e duzentos mil reais), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 3º - A Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social decorrerá da arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes, na forma da legislação vigente, de acordo com a seguinte discriminação:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR - R\$
Receitas Tributárias	720.000,00
Receitas de Contribuições	532.400,00
Receita Patrimonial	180.000,00
Receitas de Serviços	120.000,00
Transferências Correntes	21.561.700,00
Outras Receitas Correntes	136.000,00
Receitas de Capital	3.630.000,00
Receitas Intra-orçamentárias Correntes	1.227.900,00
Deduções da Receita Orçament.	(2.908.000,00)
TOTAL GERAL	25.200.000,00



Art. 4º - A Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social apresenta a sua composição por funções de Governo e órgãos, conforme o seguinte desdobramento:

I - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO:

FUNÇÃO	TOTAL
LEGISLATIVA	850.000,00
ADMINISTRAÇÃO	1.502.400,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.077.600,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.873.600,00
SAÚDE	3.954.200,00
EDUCAÇÃO	6.848.000,00
CULTURA	922.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	232.200,00
URBANISMO	2.321.000,00
HABITAÇÃO	310.000,00
SANEAMENTO	390.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	435.000,00
AGRICULTURA	1.426.000,00
TRANSPORTE	278.000,00
DESPORTO E LAZER	270.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	610.000,00
RECURVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	900.000,00
TOTAL GERAL	25.200.000,00

II - DESPESAS POR ÓRGÃOS

ÓRGÃOS	VALOR
10100-Câmara Municipal de Igaracy	850.000,00
20100-Gabinete do Prefeito	376.440,00
20300-Secretaria de Administração	4.267.160,00
20400-Secretaria de Finanças	282.000,00
20500-Secretaria de Educação	6.848.000,00
20600-Secretaria de Saúde	3.954.200,00
20700-Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.861.000,00
20800-Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos	3.299.000,00
20900-Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social	2.270.200,00
21000-Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	1.192.000,00
TOTAL GERAL	25.200.000,00



Art. 5º - O Poder Executivo poderá, no Interesse da Administração, designar como Unidades Gestoras de Créditos Orçamentários as Unidades Orçamentárias constantes do quadro de despesas por funções constantes no Artigo anterior, e até mesmo Unidades Administrativas ou Fundos a elas vinculados, com as atribuições de movimentar dotações consignadas nas Unidades Orçamentárias, atendendo às disposições do parágrafo único do Art. 14 e às do Art. 66 da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art. 6º - Atendendo ao disposto no Art. 56 da Lei Federal Nº 4.320/64, o recolhimento das Receitas do Tesouro, ressalvadas aquelas cuja peculiaridade exija tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em estrita observância ao princípio de Unidade de Tesouraria, vedada a fragmentação para criação de caixas paralelos.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a cinquenta por cento da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64 e disposições da LDO para 2013.

Art. 8º O limite autorizado no art. 7º não será onerado quando o crédito se destinar a:

I- atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações pertencentes ao mesmo grupo de despesa e de Unidade Orçamentária da Câmara Municipal;

II - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de saldos de dotações consignadas ao mesmo grupo;

III - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

IV - atender obrigações do sistema previdenciário, com recursos de anulação de dotações do mesmo grupo;

V - atender despesas vinculadas a convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo e parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde, de Ensino e de Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.

VII - Tiver como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no exercício anterior ou excesso de arrecadação apurado em rubricas da receita orçamentária.



